



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção



*Empowered lives.
Resilient nations.*

**Seminário Regional sobre a Revisão Periódica Universal e
Consulta Técnica sobre o ODS 16+ sobre Inclusão e Direitos Humanos**

RESUMO

30 de novembro, 2018, Praia, Cabo Verde

Oportunidades e estratégias para a transversalização dos Direitos Humanos na adaptação, implementação, monitoramento e informe dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- A Agenda 2030 está centrada nos direitos humanos e na Declaração Universal de Direitos Humanos: alcançar os ODS também significa promover a realização dos direitos humanos;
- A Agenda 2030 reconhece a importância de adotar um enfoque baseado em direitos humanos para um processo de desenvolvimento sustentável mais participativo, inclusivo, transparente e responsável;
- Alinhar a implementação dos ODS com objetivos de direitos humanos pode ajudar a apoiar mutuamente o alcance da Agenda 2030 e a realização dos compromissos de direitos humanos;
- As recomendações dos mecanismos das Nações Unidas para os direitos humanos, incluindo as recomendações dos Tratados, Procedimentos Especiais e processos de Revisão Periódica Universal (UPR pelas siglas em inglês), proporcionam um valioso conjunto de informação contextualizada aos países que pode ser utilizada para a implementação, monitoramento e reporte dos ODS;
- Focar em “não deixar ninguém atrás” e “alcançando os que estão por último primeiro” pode ajudar a assegurar que as políticas de desenvolvimento tenham como objetivo as populações mais marginalizadas, incluindo através de uma análise sobre quem está atrás e por quê;
- Apoio às capacidades nacionais para um monitoramento baseado em direitos humanos e recolção de dados é importante para assegurar decisões políticas baseadas em evidência, incluindo o apoio aos institutos de estatísticas para a recolção de dados desagregados, apoio aos institutos nacionais de direitos humano para o monitoramento da implementação dos ODS baseado nos direitos humanos, e apoio à sociedade civil e grupos marginalizados em seu compromisso com o processo de planeamento, monitoramento, implementação e reporte dos ODS;
- O importante papel dos mecanismos regionais de direitos humanos e parlamentos também foi reconhecido.
- Os vínculos com a Agenda da União Africana 2063 também foram ressaltados nas discussões

Sobre a coordenação e seguimento às recomendações de direitos humanos, incluindo a Revisão Periódica Universal (UPR), é importante ressaltar:

- Criar mecanismos nacionais de reporte, implementação e seguimento, liderados pelo poder executivo, Ministérios relevantes, entidades estatais, parlamento, Instituições nacionais de direitos humanos e organizações da sociedade civil com a capacidade de:

- Coordenar todos os atores nacionais, incluindo a preparação oportuna dessa coordenação, integrando especialistas setoriais e realizando sessões temáticas;
- Assegurar a consulta como fator fundamental e indispensável para a preparação dos informes e seguimento das recomendações;
- Realizar implementação conjunta das recomendações de direitos humanos e metas e indicadores dos ODS, incluindo a utilização de ferramentas de gestão de informação;
- Promover o uso de ferramentas como o Índice Universal de Direitos Humanos, o desenvolvimento de recomendações de implementação de direitos humanos/planos de ação e a Base de Dados de Rastreamento de Recomendações Nacionais para facilitar a integração das recomendações de direitos humanos nos planos de implementação dos ODS;
- Utilizar todas as recomendações de direitos humanos, incluindo Tratados, Procedimentos Especiais e UPR para identificar grupos deixados para trás e promover políticas setoriais com impacto direto na realização dos direitos humanos e dos ODS;
- Desenvolver marcos e metodologias institucionais que levam à participação de vários atores, incluindo representantes de instituições legislativas, judiciárias, de direitos humanos, sociedade civil e organizações regionais;
- Coordenar e trabalhar em parceria com o Sistema das Nações Unidas na implementação das recomendações de direitos humanos, começando pela aceitação das recomendações da UPR;
- Utilizar o terceiro ciclo da UPR para gerar dados que possam apoiar a implementação dos ODS;
- Vincular o reporte de direitos humanos às metas e indicadores agrupando como um mínimo aceitado as recomendações da UPR nos ODS, para que os Estados possam enquadrar seus planos de implementação levando em conta as prioridades e compromissos nacionais já estabelecidos;
- Reunir regularmente os atores governamentais responsáveis pelo reporte e seguimento de direitos humanos (informes UPR, apresentação aos Corpos de Tratados e Procedimentos Especiais) com aqueles que trabalham o reporte ODS e seus planos de implementação para reduzir a carga de reporte e assegurar uma preparação oportuna de informes consistentes, incluindo o Foro Político de Alto Nível (HLPF) em Nova York.

Mensagens chave para as Consultas Técnicas ODS 16+

- O ODS 16 é um objetivo importante em si mesmo e também um facilitador e acelerador da Agenda completa;
- O ODS 16 tem vínculos importantes com outros objetivos que também tratam e medem aspectos relacionados à paz, inclusão e justiça, que é o que chamamos ODS 16+;
- Para promover os ODS, e o ODS 16+ em particular, é importante que os governos nacionais tenham apropriação e tentem integrar uma visão holística da Agenda 2030, especialmente o ODS 16, como parte dos processos nacionais e locais de planificação;
- “Não deixar ninguém atrás” é crítico para assegurar a paz, justiça e inclusão, e vice-versa – isso é especialmente importante para tratar a marginalização sentida por distintos grupos populacionais em situações de recuperação pós conflito.
- Melhorar a igualdade de gênero em particular é necessário para acelerar o progresso do desenvolvimento sustentável e posicionar o princípio de “não deixar ninguém atrás”;
- O acesso à informação é crucial para o monitoramento e implementação dos ODS, a segurança dos jornalistas e defensores de direitos humanos (16.10) é necessária para assegurar que temas associados ao conflito, corrupção, instituições eficazes, sejam reportados;

- Mensagens chave e boas práticas dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre paz, justiça e inclusão incluem:

Paz	Justiça	Inclusão
<ul style="list-style-type: none"> ○ Apoiar a implementação da recolção de dados de direitos humanos e desagregação, incluindo sexo, idade e outros campos de discriminação proibidos por leis de direitos humanos internacionais, em assuntos chave incluído trabalho infantil, tráfico humano, violência armada, segurança e proteção; ○ Apoiar processos de paz e reconciliação nacionais, promovendo particularmente a inclusão de grupos marginalizados e mulheres; ○ Apoiar a educação sobre direitos humanos desde o nível escolar primário e encorajar a tolerância, não-discriminação e o respeito pelos direitos humanos ○ Promover políticas para tratar a desigualdade e promover inclusão social para tratar os riscos de instabilidade e violência 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apoiar países para o alinhamento dos seus marcos legais com os padrões de direitos humanos para tratar temas cruciais do ODS 16 (por exemplo, revisão do Código de Família em relação ao casamento infantil, ou, a revisão do Código Penal para tratar o tráfico humano); ○ Identificar estratégias específicas para tratar prisões preventivas por exemplo a) adotando medidas alternativas (não-detenção) para tratar problemas como prisões superlotadas e reduzir as taxas de detenção; b) estabelecer prazo de 24 horas para apresentar uma pessoa retida a um juiz; c) resolução alternativas de disputas para assegurar um acesso mais rápido, efetivo e menos custoso para a administração da justiça; d) acesso à ajuda legal e aconselhamento ○ Incentivar parcerias entre os governos, a sociedade civil e o setor privado para apoiar serviços educacionais e oportunidades para pessoas vivendo/recém-saídas das prisões 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Esforços para localizar os ODS, a exemplo de implementar e monitorar os ODS a nível local, são críticos para assegurar a participação daquelas pessoas que estão sob o risco de ser deixadas atrás; ○ Incentivar o foco na exclusão geográfica e ao acesso aos serviços em zonas rurais e áreas remotas; ○ Políticas fiscais são um instrumento crucial para tratar as desigualdades e atingir a inclusão; ○ Oferecer serviços governamentais integrados aos migrantes pode ajudar a fomentar a inclusão; ○ Passos dados pelos países para implementar os tratados de direitos humanos, como o Convenção para os Direitos das Pessoas com Deficiências, podem levar a melhores políticas e estruturas para a inclusão.

Desafios e seguimento:

- Apoio a organismos e instituições nacionais para a implementação das recomendações de direitos humanos, em particular aquelas aceites pelos Estados no contexto da UPR, para prevenir a carga excessiva de trabalho;
- Criar ferramentas em português, como a tradução do Índice Universal de Direitos Humanos e a Base de Dados de Rastreamento de Recomendações Nacionais, e apoiar o intercâmbio entre países de língua portuguesa sobre os ODS e direitos humanos, através da mobilização de recursos de organizações nacionais, regionais e internacionais;

- Direcionar melhor os fundos existentes do Sistema das Nações Unidas, assim como a Assistência Oficial ao Desenvolvimento e compromissos da Agenda Ação para o Financiamento para o Desenvolvimento (Addis Ababa), para a implementação das recomendações anteriormente mencionadas;
- Aumentar a conscientização sobre os ODS, direitos humanos e inclusão, envolvendo a sociedade no alcance dos ODS e do ODS 16 em particular;
- Apoiar atores nacionais na utilização de compromissos de direitos humanos e recomendações para priorizar processos de planejamento e orçamento nacionais, incluindo a identificação de grupos populacionais prioritários em consonância com o princípio de “não deixar ninguém atrás”;
- Alinhar planos de desenvolvimento nacionais com os ODS e direitos humanos não é suficiente para assegurar ação, os governos precisam desenvolver planos de ação com clareza sobre os responsáveis, assinação de recursos, assim como marcos e cronogramas;
- Promover um enfoque integrado para os direitos humanos e os ODS, por exemplo incentivando colaborações diretas de organismos nacionais de coordenação para o reporte UPR/direitos humanos e o informe ODS/VNR (Informes Voluntários Nacionais);
- A falta de recursos para tratar temas cruciais em torno da paz, justiça e inclusão é uma barreira significativa para a implementação do ODS 16;
- Facilitar o intercâmbio de boas práticas entre países com contextos e capacidades institucionais distintas (evidenciar o progresso e o compromisso na implementação, monitoramento e reporte) e promover lições aprendidas entre países de mesma língua, incluindo a organização de seminários similares a este.